

mercado

Empresas perdem oxigênio para inovar

Com suspensão da Lei do Bem, indústrias atrasam projetos, demitem e estudam transferir centros de pesquisa para o exterior

Perda de incentivo pode retardar recuperação da economia e diminuir competitividade com mercado internacional

CLAUDIA ROLLI
FILIPE OLIVEIRA
DE SÃO PAULO

As indústrias que se beneficiaram da Lei do Bem, que concede incentivos fiscais para pesquisa e inovação, já reduzem investimentos, atrasam projetos, como os de novos medicamentos, e reorganizam centros de pesquisas no Brasil, com a demissão de profissionais qualificados, em reação à suspensão dos benefícios em 2016.

Como parte do programa de ajuste fiscal, o governo Dilma editou em setembro a medida provisória 694, impedindo as empresas de usar no próximo ano incentivos que reduzem o Imposto de Renda para, em troca, desenvolver atividades de pesquisa e inovação no país.

O benefício vinha sendo usado havia dez anos, desde que a lei nº 11.196, conhecida por Lei do Bem, foi criada.

A sua restrição põe em risco não só os avanços registrados em pesquisa e desenvolvimento (P&D) mas também atrasa a recuperação da economia, uma vez que as empresas se tornam mais defasadas, menos produtivas e têm mais dificuldade para competir no mercado global.

Sete empresas de grande porte entre as 11 que responderam aos pedidos da reportagem relatam já sentir efeitos da suspensão da lei. No total, 32 indústrias foram procuradas pela **Folha** em 11 segmentos (químico, farmacêutico, automotivo, alimentício e informática, por exemplo). Parte optou por não comentar em razão do cenário de incertezas econômicas e políticas.

A Vallée, empresa que criou uma vacina contra a febre aftosa com apoio da lei, reestruturou laboratórios e já reduziu em cerca de 30% a equipe envolvida no desenvolvimento de pesquisas.

“O atual cenário econômico e medidas como a suspensão da lei comprometem os investimentos”, diz Otto Møller, diretor da companhia. Atualmente são cerca de cem pesquisadores atuando em projetos da empresa. “Tirar a Lei do Bem neste momento é como restringir o oxigênio a um paciente quando ele mais precisa de recuperação. É muito triste.”

A transferência de recursos, projetos e mão de obra especializada para fora do país pode ser uma das consequências da falta de incentivos. A consultoria Inventia, especializada em assessorar projetos de inovação, já foi procurada por três empresas que investem no Brasil para fazer estudos de viabilidade para levar centros de pesquisas ao exterior.

“A suspensão da lei causa enorme insegurança jurídica nas decisões de investimentos em P&D, que já são baixos no país. O Brasil fica cada vez mais distante dos países desenvolvidos, de competir por investimentos globais e por centros de pesquisa das multinacionais”, diz José Ricardo Roriz Coelho, diretor do departamento de competitividade da Fiesp (federação das indústrias paulistas).



Laboratório do grupo Cristália

FUTURO EM RISCO

Quem e quanto investe

Biolab

INVESTIMENTO
R\$ 90 mi (2015)

PROFISSIONAIS
125

Cristália

INVESTIMENTOS
R\$ 128 mi (2014)

PROFISSIONAIS
200

Senior Solution

INVESTIMENTO
R\$ 3,7 mi (2014)

PROFISSIONAIS
cerca de 25

Natura

INVESTIMENTO
R\$ 216 mi (2014)

PROFISSIONAIS
250

Totvs

INVESTIMENTO
R\$ 240 mi (2014)

PROFISSIONAIS
2.000

GE*

INVESTIMENTO
R\$ 1 bi
(entre 2014 e 2020)

PROFISSIONAIS
160

3M

INVESTIMENTO
R\$ 176 mi (2014)

PROFISSIONAIS
160

Baumer

INVESTIMENTO
5,8%
do faturamento
em 2015**

PROFISSIONAIS
50

Vallée

INVESTIMENTO
R\$ 120 mi
(nos últimos 5 anos)

PROFISSIONAIS
100

*Apenas centro de inovação no RJ
** Não divulgado

Levantamento feito pelo departamento com 75 empresas mostra que 17% já estudam transferir as atividades para o exterior. A estimativa é que R\$ 2,8 bilhões deixem de ser investidos em 2016 com a restrição do incentivo da lei.

NO FIM DA FILA

A Biolab Farmacêutica, que investiu R\$ 90 milhões em P&D neste ano e recebeu R\$ 8 milhões em incentivos, vai colocar no fim da fila 14 dos 64 projetos em andamento. “Teremos que reduzir na carne. O menos importante será posto de lado. Se sobrar dinheiro, vai para projetos que estão no fim da fila. Se não, fica para 2017”, diz Dante Alarico Junior, presidente científico da Biolab. “Faremos o possível para não demitir.”

São 125 profissionais dedicados à pesquisa.

O grupo Cristália, que atua nas áreas de farmoquímica, farmacêutica e biotecnologia, também prevê atrasos em seus projetos. Entre os que podem ter prazos de entrega comprometidos, estão os de medicamentos em fase de testes clínicos para o tratamento de câncer de mama e artrite reumatoide, além de um hormônio do crescimento.

“Com a prática da Lei do Bem, teríamos em 2016 uma dedução de R\$ 19 milhões de impostos, verba que seria destinada à pesquisa de novas tecnologias e que agora, com a suspensão da lei, ficou comprometida e deverá atrasar o desenvolvimento de novos planos”, diz Ogari Pacheco, presidente da Cristália.

Já a 3M e a GE decidiram manter os investimentos.

A suspensão da lei provocou uma ofensiva de 58 associações empresariais. A Anpeí (que reúne empresas inovadoras) acredita que a MP, que precisa ser votada até março, possa ser revista.

O Ministério de Ciência e Tecnologia admite que pode ter redução de investimentos, mas não sabe informar o tamanho do impacto.

» LEIA MAIS nas págs. 2 e 4

MERCADO ABERTO

MARIA CRISTINA FRIAS cristina.frias1@grupofolha.com.br

Metade das empresas espera queda de produtividade

Demissão de mão de obra qualificada e perda de faturamento são outros problemas previstos com suspensão da Lei do Bem, diz pesquisa

DE SÃO PAULO

Seis em cada dez empresas pretendem demitir pesquisadores devido à suspensão da Lei do Bem. A redução estimada é de cerca de 9.000 profissionais, ou 9% do total de pesquisadores que devem atuar em projetos em 2016.

Se considerados os funcionários envolvidos nas áreas de P&D (pesquisa e desenvolvimento), mais 3.400 pessoas podem ser dispensadas.

Os dados constam de pesquisa feita pelo departamento de competitividade da Fiesp com 75 empresas para avaliar os efeitos da suspensão da lei no ano que vem.

“Empresas inovadoras exportam 116% mais, pagam salários 23% superiores à média da indústria e têm produ-

tividade maior, segundo o Ipea. Suspender o incentivo à inovação só vai agravar o processo de desindustrialização e dificultar o processo de geração de conhecimento e riqueza do país”, diz José Ricardo Roriz Coelho, diretor da federação das indústrias.

A adesão das empresas à lei cresceu 35% ao ano entre 2006 e 2012 e o investimento incentivado aumentou 10% ao ano (em valores reais), segundo dados do governo.

Sem o incentivo da lei, 83% das empresas já esperam perder faturamento; 81% falam em aumento de custos e 53% preveem eficiência produtiva menor. Quase oito em cada dez admitem mais dificuldade para adequar produtos para enfrentar a concorrência nacional e internacional. E

74% informaram que vão reduzir ou cancelar investimentos em projetos de P&D.

“A Lei do Bem, que cria um dos poucos instrumentos do Estado de política industrial, está sendo revertida por uma verdadeira MP do Mal, justamente no momento em que o câmbio favorece investir no Brasil”, afirma o economista e professor da PUC-SP Antônio Corrêa de Lacerda.

Para Humberto Barato, presidente da Abinee (reúne a indústria eletroeletrônica), um dos maiores impactos é demissão de profissionais altamente especializados.

“Não é perder gente que se troca rapidamente. É aquela pessoa que meu concorrente vai pegar correndo na hora em que puder”, afirma.

(CLAUDIA ROLLI E FILIPE OLIVEIRA)

LABORATÓRIOS EM RISCO

Empresas dizem que suspensão de incentivo deve reduzir investimento*

Qual será estratégia com a suspensão da Lei do Bem (em %)

69

Reduzir o investimento nos projetos de P&D que seriam beneficiados



23

Manter o investimento

5

Cancelar o investimento

3

Não avaliou as mudanças

Pretende demitir pesquisadores exclusivamente por causa da suspensão da lei, em %

35

Não



65

Sim

9.000

pesquisadores devem ser dispensados, segundo as empresas pesquisadas; o número representa 9% do total de profissionais estimados para os projetos para 2016

R\$ 2,8 bi

é o valor que as empresas devem deixar de investir em pesquisa e desenvolvimento em 2016 (projeção)

*A pesquisa foi feita entre 5 e 23 de outubro com 75 empresas, a maioria de grande porte, com representatividade para todo o país e para todos os segmentos
Fonte: Departamento de Competitividade da Fiesp